

- _____. O papel social da Universidade. In: *Revista Arte e Comunicação*. Recife: UFPE, CAC, n.1, 1994.
- _____. Projeto VITAE: Contribuições para a melhoria do ensino em Pernambuco. In: *CADERNOS DE EXTENSÃO*, n. 2 – jun. Recife: Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT da Universidade Federal de Pernambuco; Gráfica e Editora Ltda, 1999, V (CADERNOS TEMÁTICOS; 2).
- _____. (Org.). *A lecto-escrita para professores – trabalhando texto em sala de aula*. (Módulo 4 – Coletânea de trabalhos monográficos da primeira turma de professores do Projeto Pernambuco). Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994.
- CARVALHO, Nelly M. Vita, Vitae. In: *Jornal do Commercio*. Recife-PE, 03/09/1993

Abstract: *The text does a historical and evaluative description of Project VITAE and its role in the training of Portuguese Language Teachers in the public schools of Pernambuco as a result of an agreement celebrated between UFPE, the VITAE Foundation and the State Education Agency.*

Keywords: University; Project VITAE; Higher Education; Portuguese Language Teachers; Public Schools.

PRÁTICAS DE LEITURA: DA ORAL À SILENCIOSA

Vlademir Yrigoyen*

Resumo: *Este trabalho tem por objetivo estudar o processo da passagem da leitura oral para a silenciosa. Para tanto, vamos nos ater aos aspectos sociais, filosóficos e históricos que determinaram essa passagem. Práticas até hoje utilizadas em nossas escolas, a leitura oral e a silenciosa são herdeiras de uma tradição humanista, provenientes da leitura clássica e da medieval.*

Palavras-chave: *leitura oral, leitura silenciosa, história da leitura.*

Introdução

Ao propormos uma reflexão sobre a história da passagem da leitura oral para a silenciosa, não podemos deixar de fazer referência ao fato de que a prática do binômio leitura oral/leitura escrita persiste no âmbito do ensino/aprendizagem no contexto pedagógico de nosso país.

Entre os pesquisadores que trataram das revoluções que ocorreram no mundo da leitura, destacamos Chartier (2001, p. 23), para quem

* Mestrando do Programa de Lingüística Aplicada da Universidade de Taubaté. Professor de Lingüística I e II das Faculdades Oswaldo Cruz.

As “revoluções da leitura” são múltiplas [...]. A primeira consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa.

Uma outra revolução, agora no terreno da História da educação, merece destaque – a que se constituiu no movimento escolanovista. Calcado nos ideais científistas, ele introduz, nas primeiras décadas do século XX, a interpolação da relação da escola do professor para a escola do aluno, sendo esta compreendida “*como uma tentativa de superação da escola tradicional excessivamente rígida, magistrocêntrica e preocupada com a memorização de conteúdos.*” (Aranha, 1989, p. 204).

Outro aspecto de importância da Escola Nova está na ênfase dada ao discente quanto ao seu aspecto psicológico, individualista e introspectivo. Nesse sentido, busca-se o desenvolvimento do aluno como um todo e de maneira bastante particular, enfatizando o processo particular de aprendizagem. Assim, é compreensível a eliminação do livro texto nas aulas de leitura, bem como a leitura oral para uma prática de livre leitura, feita nas bibliotecas escolares. Entretanto, os manuais pedagógicos ligados a esse tipo de escola insistem, ainda em apresentar, como práticas habituais em sala de aula, a leitura oral e a leitura silenciosa.

O exposto nos leva aos nossos objetivos específicos que procuram responder às seguintes perguntas: Qual a importância da leitura oral, uma vez que persiste pelo tempo e pelas diversas teorias pedagógicas? A que idéias esse processo está ligado? Em que contexto histórico começa a se privilegiar a leitura silenciosa? Seriam essas duas práticas irreconciliáveis?

A fim de racionalizarmos nosso trabalho, partiremos das idéias, principalmente de Auroux que propõe:

Quoi qu'il en soit de la diversité d'historicisation, écrire une histoire consiste à homogénéiser le divers. Tout travaille d'historicien consiste à projeter des faits dans un hyper-espace comportant essentiellement trois types de dimensions: une chronologique, une géographique, et un ensemble de thèmes. (1989, p. 33)

Tomaremos como *corpus* básico o livro Pedagogia científica: psicologia e direção de aprendizagem, de A.M. Aguaio, traduzido e anotado por J.B. Damasco Penna, volume 18 da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editado pela Companhia

Editora Nacional, em 1958 – 8ª edição. Esse volume nos chama atenção pelos seguintes fatos: o título e os autores citados nos reportam às teorias da Escola Nova; a data de sua oitava edição demonstra a permanência dessa pedagogia, dada a adoção da obra em escolas praticamente na década de 60. O compêndio apresenta-se em capítulos, sendo que dois deles fazem referência à leitura, apresentando, inclusive, a seguinte definição:

Entende-se por leitura a interpretação do pensamento expresso por símbolos da escrita e, quando lemos oralmente, a tradução desses símbolos em sons articulados. Os fins principais dessa atividade são adquirir informações ou conhecimentos ou, apenas, deleitar. Às vezes, a leitura é útil e agradável ao mesmo tempo. (1958, p. 290)

Um outro ponto a destacar em nossa pesquisa está na relação leitura/escrita, idéia essa, sempre presente, que nos remete à formulação dos textos clássicos greco-romanos.

1. O pensamento greco-romano e a leitura oral

A história da educação romana pode ser dividida em três etapas: a original, tipicamente patriarcal e oligárquica que remonta às origens da civilização latina; a de admiração pela cultura grega; a de posterior assimilação dessa cultura.

Na primeira fase, a sociedade agrícola determinava que a educação do jovem era feita pelo próprio pai que o introduzia nas práticas agropecuárias e cuidava para que aprendesse a ler, escrever e contar, paralelamente ao aprendizado das artes no manejo de armas e equitação, para que se preparasse para a guerra.

“É bom lembrar que não se trata da família nuclear moderna, mas da extensa família composta também pelos filhos casados, pelos escravos e clientes, dos quais o “pater familius” é proprietário, juiz e chefe religioso.” (Aranha, 1989, p. 68)

Na fase da república, o enriquecimento dos plebeus, através do comércio, faz com que a prática pedagógica se altere, surgindo as escolas (*ludi magister*) para as crianças a partir dos sete anos, onde se aprendia a ler, escrever e contar. Somente por volta do século III a.C. é que aparece a influência grega, motivada

pelas guerras e pelo comércio com os helenos. "Surgem então as Escolas dos Gramáticos, onde os jovens de 12 a 16 anos entravam em contato com os textos clássicos gregos" (Aranha, 1989, p. 69) e aprendiam geografia, aritmética, astronomia, geometria e as artes do bem escrever e do bem falar, objetivando uma educação enciclopédica.

Com o passar do tempo, a retórica torna-se tão importante que dá origem a um nível terciário da educação, a escola do *retor*. Esse tipo de educação permanece no tempo do império, com a diferença que o governo, cada vez mais, procura abranger a educação.

O pensamento filosófico que denuncia o comportamento social dos romanos está presente em Platão e Aristóteles. Este último contribui, principalmente, com um aspecto fundamental que é sua concepção da alteração do universo a partir das quatro causas: a material, a formal, a motriz e a final. Como bem aponta Chauí (1987, p. 8-9), essas quatro causas não possuíam o mesmo valor, sendo hierarquizadas, indo da mais inferior – a causa eficiente, à mais importante – a final. Desse prisma, podemos observar que, em uma sociedade escravagista como a greco-romana, o reflexo das causas explica o funcionamento social, desprivilegiando os escravos – causa eficiente, em detrimento do cidadão – causa final.

Essa concepção reflete-se no ponto de vista pedagógico; a educação romana e a grega se inter-relacionam devido às características sociais:

Àmbas, Roma e Grécia, constituem, na Antiguidade, sociedades escravistas. O trabalho manual é desvalorizado, enquanto a atividade intelectual é restrita à aristocracia, a única a desfrutar do "ócio digno". Isso ocorre até na Atenas democrática, pois vimos que tal democracia se destina a uma parcela mínima de cidadãos livres. (Aranha, 1989, p. 71)

Assim sendo, o homem, que é o objeto das reflexões pedagógicas, é o racional, o qual possui a capacidade de corretamente pensar e corretamente se expressar – características básicas do modelo de uma elite dirigente que via a importância nessa forma de educação não por ser útil ou necessária, mas por ser liberal e nobre.

Entretanto também se opunham devido ao caráter pragmático de sua cultura:

Por outro lado, em Roma, a reflexão filosófica não recebe atenção de forma sistemática. Quintiliano e outros até encaram a filosofia com certa descrença e, quando recorrem a ela, têm preferência pelos assuntos éticos e morais, influenciados que são pelos pensadores estoicos e epicuristas do período helenístico. (Aranha, 1989, p. 72)

O programa das disciplinas baseava-se na proposição aristotélica e de seu Liceu: "O programa compreendia o estudo da Poesia, da Oratória, da História, da Política e das Ciências Físicas e Naturais." (Rosa, 1971, p. 47)

Nesse contexto histórico-social, a produção escrita está intimamente ligada à leitura oral, como se demonstra pela ênfase dada à retórica, elemento básico da divulgação e publicação dos textos. Ouçamos Chartier:

Desde a Antiguidade, ler em voz alta tem, basicamente, dois propósitos. De um lado, uma função pedagógica: demonstrar que se é um bom leitor, lendo em voz alta, constitui um ritual de passagem obrigatório para os jovens que exibem, assim, seu domínio da retórica e do falar em público. Por outro lado, um propósito literário: ler em voz alta é, para um autor, colocar um trabalho em circulação, "publicá-lo". (2000, p. 21-2)

Esse aspecto é percebido na produção do texto, ou seja, o texto é produzido para ser lido em voz alta. Para tanto, deverá contemplar todos as características que impliquem esse tipo de leitura, que nada mais é senão a demonstração da visão do ócio intelectual presente na concepção greco-romana.

Embora percebemos a importância dos retores na formação educacional dos romanos, a educação nos aponta para um outro caminho: a oratória. Em Gorgias, Polo define a oratória como arte do bem falar, do que resulta sua correspondência como princípio básico da Retórica: a arte de persuadir pelo discurso (Reboul, 2000, p. XIV).

Então, se tomarmos como parâmetro as idéias de Chartier sobre leitura oral, chegaremos à conclusão de que a leitura está muito fortemente ligada à definição de oratória e retórica, sendo, pois, vista como atividade pedagógica e social.

Corrobora nossa opinião Debordes que, em seu capítulo sobre leitura na Antiga Roma, observa a relação texto escrito/leitura, imputando ao primeiro os problemas de leitura, uma vez que, seguindo os modelos gregos, os textos latinos

apresentavam uma redação linear, sem qualquer tipo de pontuação que pudesse direcionar sua leitura oral. (1995, p. 203-22)

2. A Idade Média, a Igreja e a leitura silenciosa

O período histórico caracterizado como Idade Média compreende de 456, com a queda do Império Romano do Ocidente (Invasão Bárbara), até 1453, ano da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos.

A princípio, podemos dividir essa época em duas fases: até o século IX, a alta idade média, com a presença marcante do feudalismo e, a partir de então, a baixa idade média, com a formação dos burgos e de sua classe social emergente, a burguesia. Entretanto, apesar das transformações sociais ocorridas, é inegável a presença de uma sociedade estatutária e o domínio ideológico do teocentrismo, tendo como porta-voz o clero.

A relação social que solidifica a Idade Média é semelhante à da Antiguidade Greco-latina, dividida em duas classes: os senhores e os servos. Os primeiros são aqui representados pelos “bellatores” (os guerreiros), ao lado dos “oratores” (os clérigos) e abaixo “os laboratores” (trabalhadores, servos). (Cambi, 1995, p.158). Nessa concepção de sociedade, o patriarcalismo, ainda impera, e a importância da mulher está ligada, unicamente, à sua relação com a mãe de Jesus.

Assim sendo, cabe ao pai dar a devida formação para seu filho. Na classe baixa, normalmente o filho seguia a profissão do pai, posição advinda do pensamento teocêntrico, no qual era Deus que marcava o destino do ser humano. Dessa forma, na Alta Idade Média, o único modo de se alterar esse destino era ser aceito em um mosteiro ou abadia, a fim de tornar-se padre. Entretanto, na nobreza, os jovens poderiam buscar uma educação mais refinada, seja nas escolas de cavalaria, seja nas escolas cortesas, as que preparavam a elite que iria servir na corte, uma vez que eram facilmente aceitos nos mosteiros.

Portanto, ao refletirmos sobre essa fase, podemos perceber que a pedagogia utilizada era a do clero e, principalmente, voltada para a vida eclesiástica. Nos conventos, a principal atividade era a de copista, que deu origem à escola dos “modistas” medievais. O papel fundamental do ensino está nos estudos da produção patrística, até o advento dos grandes doutores, entre eles Santo Agostinho.

Esse pensador reativa no cristianismo os princípios da filosofia platônica, contemplando o inatismo da verdade, a dualidade corpo/alma, a mística, entre outros. Ele sintetiza a universalidade e a busca da verdade e, com base nas influências monacais, determina um pensamento baseado na meditação. Segundo Santo Agostinho, a verdade ilumina a consciência e se manifesta nela: “Não saias, volta para dentro de ti; a verdade mora dentro do homem.” (Cambi, 1995, p. 136).

Nesse sentido, as palavras, quando liberadas sem qualquer reflexão, não são transmissoras do ideal da verdade que se buscava em todo ser humano:

Agostinho – Entendeste certo, ao mesmo tempo creio notares que, ainda que alguém discorde, mesmo que não emitarmos som algum, todavia porque pensamos as mesmas palavras, nós falarmos intimamente em nossa alma; e assim também com a fala nada mais fazemos do que chamar a atenção, enquanto a memória a que as palavras aderem, revolvendo-as, faz vir à mente as mesmas coisas, das quais as palavras são sinais. (Santo Agostinho, in Rosa, 1971, p. 106).

O pensamento agostiniano será, pois, seguido muito mais tarde por São Tomás de Aquino. Este é um dos principais representantes da escolástica, que se apoiava nos clássicos gregos como forma de conciliar a razão e a fé.

Responsável pela divulgação do pensamento aristotélico na Baixa Idade Média, entretanto criticado por lê-lo através das traduções de pensadores como Avicena e Averroés, esse mestre sintetiza o pensamento grego, derivando através de Aristóteles e retomando Santo Agostinho. Em sua Súmula Teológica (I, q.85, a1), ele revela a verdadeira natureza do conhecimento humano. Determina três graus das faculdades cognoscitivas: em primeiro lugar, o sentido; em segundo, o entendimento; e, em terceiro, o meio termo.

Por isso é necessário afirmar que o nosso entendimento entende as coisas materiais abstraindo suas formas e imagens e, por meio das coisas materiais assim consideradas, alcançamos algum conhecimento das coisas imateriais, enquanto os anjos, ao contrário, conhecem as coisas materiais a partir das imateriais. (São Tomás de Aquino, in Costa, 1993, p. 99)

Para ele, a Verdade está no entendimento, pois que as coisas só são verdadeiras em função da relação com o entendimento do qual dependem (*ibidem*, p. 100). É esse o pensamento que vai reger a Baixa Idade Média e que introduzirá uma reforma na maneira de ensinar, através da escolástica e da formação das Universidades.

Após o ano mil, a Europa passa por uma radical mudança, a partir do desenvolvimento econômico, do incremento técnico e, principalmente, pelo aparecimento de uma nova classe social, a burguesia. Esse dinamismo social é protagonizado pelos burgos ou cidades. É ela que permite a abertura para a sociedade e para o mundo. Assim, a mola propulsora dessa transformação é a burguesia, que impulsiona o aparecimento de novos ideais e valores coletivos, que têm como substrato as corporações:

A educação tem como centro a família, embora seja bastante articulada. A contraposição campo/cidade permite a presença de núcleos familiares que vão do patriarcal ao nuclear. Nesse universo, a mulher sempre aparecerá subalterna ao homem, enquanto posição social, entretanto superior a esse, enquanto seu papel religioso ou místico (por exemplo, nas cantigas de amor cortês).

Essa mesma dicotomia pode ser observada no valor da criança. Seu papel social é mínimo "...sendo muitas vezes consideradas no nível dos animais" (*ibidem*, p. 176). Por outro lado, era valorizada na sua individualidade psicológica, uma vez que na maneira de trajar e na participação na vida social eram consideradas "pequenos homens".

Por sua vez, a juventude, talvez devido à posição assumida na infância, permanecia como um fator de rebelião, dando vida a grupos e associações mais ou menos marginais. É importante reafirmar que, embora a burguesia busque seu espaço social, a sociedade, ainda se encontra dividida em alta e baixa, em um regime praticamente de castas. Assim sendo, as questões voltadas à educação vão privilegiar sempre a classe alta ou os abastados burgueses, em detrimento da classe pobre, sempre analfabeta. Perpetua-se a distinção social que permite somente aos senhores (de sangue ou do capital) o acesso à literatura, aos castelos, às cruzadas:

Fixam-se itinerários para uma educação dos sentimentos que juntamente com a literatura elabora, refina, e veicula junto ao grupo de literatos, dando corpo a um imaginário novo – cristão-feudal e cristão-burguês, podemos dizer –, do qual todas as culturas populares e as culturas modernas são herdeiras. (*ibidem*, p. 182).

Na busca do desenvolvimento intelectual dos jovens da classe alta, surgem as universidades como evolução das escolas de catedrais, já existentes na Idade Média Alta, assumidas, agora, através da reprodução social da corporação. Denominadas primeiramente de "studium generale", sobreponham seu poderio sobre as escolas urbanas, independentes da igreja ("echole").

Em Paris, o "studium generale" desenvolve-se a partir da escola episcopal de Notre Dame, iluminado pelo prestígio de Abelardo e tendo como competidora o de São Vitor, onde se destaca o mestre Hugo.

Nas escolas eram ministrados o "trivium" – gramática, retórica e dialética – e o "quadrivium" – aritmética, geometria, astrologia e música – como conteúdos denominados humanistas ou, simplesmente, artes. Após completarem esse ciclo, os estudantes poderiam optar por uma das três faculdades superiores: Teologia, Direito, Medicina. Esses estudantes poderiam ainda exercer o papel de professores nas universidades inferiores.

O método de ensino evolui da tradição e princípio da autoridade ("traditio" e "auctoritas") para o acréscimo da indagação e do debate criativo ("questio" e "disputatio"). Embora seja marcada pela modernidade, a oralidade impunha-se, ainda, como arma do debate, entretanto sua utilização estava condicionada ao fruto da meditação ("meditatio").

É nesse contexto que desponta Hugo de São Vitor, assumindo importante papel, principalmente para nosso estudo, através de seu livro *Didascalicon ou Da arte de ler*. Sua preocupação com a juventude que ocupava os espaços do "studium generale" ia além da formação dos discentes como indivíduos inseridos na sociedade aristocrática, mas também na sociedade em geral. Para tanto, ele é o primeiro a reformular o currículo das sete artes liberais, incluindo as artes mecânicas, como: a fabricação de lã, o armamento, a navegação, a agricultura, a caça, entre outros. Desse modo, lançava bases, mesmo que ainda incipientes para o que hoje conhecemos como cursos técnicos.

Por outro lado, sua preocupação com a formação coloca-o em uma posição de determinar o que ler e como ler, uma vez que, para esse mestre, a leitura é o principal elemento do saber: "o exercício do engenho se dá mediante duas atividades: a leitura e a meditação". (Hugo de São Vitor, 2001, p. 131). Sua obra é, pois, um tratado de filosofia da educação cristã bem como uma introdução aos estudos e, ainda, a primeira introdução escrita no segundo milênio, uma vez que aparece em 1127.

A proposta de leitura de Hugo situa-se dentro dos seguintes parâmetros: a) ler é um modo de viver, um ato moral e social; b) é um ócio reparador, restaurador; c) é o ato inicial da aprendizagem, cujo ato final é o vôo livre da contemplação. E continua enumerando os degraus que os alunos devem atravessar: "A leitura; a meditação; a oração; a prática e a contemplação" (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p. 149-50). Determina, ainda, o autor que "ler é dividir" (*ibidem*, p. 149), isto é, parte-se da estrutura mais observável até chegar ao conhecimento dos oculitos, pois, "Com efeito, todo universal é mais determinado que seus particulares." (*ibidem*, p. 152).

Como observamos, a tradição medieval conserva, ainda, o sentido do ócio, presente na sociedade greco-romana, uma vez que a sociedade medieval reproduz a mesma sociedade estamentária. O ócio continua sendo um privilégio da classe alta; entretanto, enquanto para os antigos o ócio era ocupado pelos estudos, principalmente de Retórica, na Idade Média, o "ócio reparador" está ligado à leitura e à meditação.

Há uma passagem nítida da leitura oral como prática da divulgação dos textos para a silenciosa como prática da compreensão. Corrobora nossa opinião Scherner, ao percorrer historicamente o conceito de texto. Esse autor demonstra que, enquanto o texto greco-romano está ligado à prática da Oratória e da Retórica, o conceito de texto na Idade Média é perpassado pela prática da Hermenêutica.

Enfim, retomando Chartier (2001, p. 82), a leitura nas sociedades tradicionais é mais que um processo de decifração marcado pela relação do leitor alfabetizado e do analfabeto letrado:

"Uma primeira diferença, a mais exteriormente visível, reside na modalidade física do próprio ato léxico, que distingue uma leitura silenciosa, que é apenas o percurso dos olhos sobre a página e uma que necessita da oralização, em voz alta ou baixa."

Considerações Finais

Conforme procuramos demonstrar, a prática pedagógica tradicional tão presente em nossas escolas, é recuperada através de idéias de leitura presentes na História Antiga e Medieval.

Ao retomarmos o texto de Aguayo (1956), pudemos entrever que a presença das duas modalidades de leitura (oral e silenciosa) demonstrava uma prática de

preparação do discente para o desenvolvimento da tradição de divulgação e de compreensão.

Quanto à atualidade, concordamos com Chartier, destacando que o processo de leitura escrita e de leitura oral nada mais é do que uma máscara social para a explicação da relação do homem alfabetizado e do-analfabeto.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- AGUAYO, A. M. *Pedagogia científica*. 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- ARANHA, M. L. de. A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. v.I. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1989.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. Campinas: Unesp, 1995.
- CHARTIER, A-M., HÉBRARD, J. *Discursos sobre leitura (1880-1980)*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, R. (Org.) *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- . As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, M. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, J. S. da *Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé*. São Paulo: Moderna, 1993.
- DESBORDES, F. *Concepções sobre escrita na Roma Antiga*. São Paulo: Ática, 1995.
- PILETTI, N. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PLATÃO. *Górgias*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ROSA, M. da G. *A história da educação através de textos*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- SCHERNER, M. Texto. Subsídios para a história do conceito. In: BORGES-DUARTE, I e all. (Org.) *Texto, leitura e escrita: uma introdução*. Porto: Porto, 2000.
- VÍTOR, H. de S. *Didascálico: da arte de ler*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Abstract: The purpose of this paper is to show the process of passing by from oral to silent reading. In order to do this, we will take into account social, philosophical and historical aspects which are responsible for that process. As pedagogic practicals used in our schools nowadays, oral and silent reading are heritage from humanist tradition, coming from classical and medieval reading.

Keywords: oral reading, silent reading, history of reading.

ALFABETIZAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS NA ABORDAGEM DA PEDAGOGIA DO TEXTO

Elida Maria Fiorot Costalonga*

"Vivemos num mundo cheio de miséria e ignorância. O dever evidente de cada um de nós é tentar tornar o pequeno canto em que se vive em algo um pouco menos miserável e menos atrasado do que antes de nossa chegada."

(Aldous Huxley)

Resumo: Esta reflexão é fruto do trabalho teórico e prático que vimos desenvolvendo com alfabetizadores de escolas públicas e particulares do nosso e de outros estados. Nossa experiência profissional, desde a década de 70, como professora, pedagoga e pesquisadora da área, nos tem revelado que as práticas tradicionais de alfabetizar através de cartilhas silábicas e atividades semelhantes precisam ser superadas, com urgência, porque contribuem para a produção de lento na aprendizagem da leitura e escrita, atrasam o processo de desenvolvimento dos alunos, e, o que mais grave, caminham na contramão da formação do leitor crítico.

* Mestre em Educação – UFES

Professora e Coordenadora do Curso de Pós-graduação FACHA – Faculdade de Ciências Humanas – Aracruz (ES)

Professora de Prática de Ensino da Faculdade Novo Milênio – Vila Velha – ES